



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,49% São Paulo	133.533	R\$ 4,832 (+0,22%)	R\$ 1.320	R\$ 5,365	11,65%	11,65%	Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28
0,30% Nova York	21/12 22/12 26/12 27/12/23	Últimos					
		20/dezembro 4,912 21/dezembro 4,888 22/dezembro 4,861 26/dezembro 4,822					

CONTAS PÚBLICAS

União registra rombo fiscal recorde

Em novembro, governo contabiliza deficit primário de R\$ 39,4 bilhões, o maior da série histórica do Tesouro Nacional

» EDLA LULA

O governo central, que incluiu o Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registrou saldo negativo de R\$ 39,4 bilhões, em novembro, conforme dados do relatório mensal do Tesouro Nacional divulgado ontem. O deficit primário (sem considerar o pagamento de juros da dívida pública) é o segundo pior da série histórica iniciada em 1997, perdendo apenas para novembro de 2016.

O dado acumulado desde janeiro eleva o buraco nas contas públicas de 2023 para R\$ 114,6 bilhões, o segundo pior da história, atrás apenas do rombo de R\$ 699,1 bilhões registrado em 2020, no auge da pandemia da covid-19. No ano passado, o governo central contabilizou saldo positivo de R\$ 47,9 bilhões no mesmo período.

Ao detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que a expectativa para dezembro é de um deficit primário "ao redor de R\$ 10 bilhões", o que deve elevar o saldo negativo entre R\$ 125 bilhões e R\$ 130 bilhões nos 12 meses do ano. O resultado, adiantou Ceron, deve corresponder a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), o conjunto de bens e serviços produzidos pelo país, sem considerar os precatórios.

"Materializando-se (essa projeção), seria um resultado importante", comentou Ceron. Essa estimativa para o rombo, em torno de R\$ 130 bilhões, é a mesma prevista pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na sexta-feira passada, em café da manhã com jornalistas. O ministro também não contabilizou a emissão de R\$ 93,1 bilhões em títulos para o pagamento atrasado de dívidas judiciais da União, um calote institucionalizado pela Emenda Constitucional dos precatórios.

O secretário acrescentou que o saldo negativo poderia ser menor, se não fosse a Lei Complementar 201, que obrigou o governo a compensar estados e municípios por

perdas pela redução do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis em 2022. "Sem essa despesa, o resultado estaria bem próximo do 1%, que sempre foi um alvo buscado ao longo do exercício", comentou.

De acordo com o relatório do Tesouro, a despesa total aumentou 20%, em novembro, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Somente as transferências para estados e municípios aumentaram quase 15 vezes em relação a 2022. Os benefícios previdenciários aumentaram 5,6%, e o programa assistencial Bolsa Família, 88,1%.

Já as receitas, por sua vez, encolheram 2% em novembro, na comparação com o mesmo mês do ano passado, provocadas, principalmente, pelo mau desempenho da arrecadação do Imposto de Renda, com perda de R\$ 3,7 bilhões em relação a novembro de 2022. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registrou queda de R\$ 2,8 bilhões na mesma base de comparação.

Antecipando os comentários sobre o resultado de dezembro, cujo relatório será divulgado em janeiro de 2024, Ceron disse que houve, neste mês, uma redução significativa dos gastos, o que fará com que o deficit primário seja menor do que o projetado anteriormente para o ano. A previsão do último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas era de um rombo de R\$ 177 bilhões no fim de 2023.

Previsões para 2024

Para o próximo ano, Ceron manteve o otimismo em relação a buscar a meta de zerar o saldo nas contas públicas. Para isso, ele conta com recursos que devem entrar nos cofres do governo e que não constavam da Lei Orçamentária Anual (LOA).

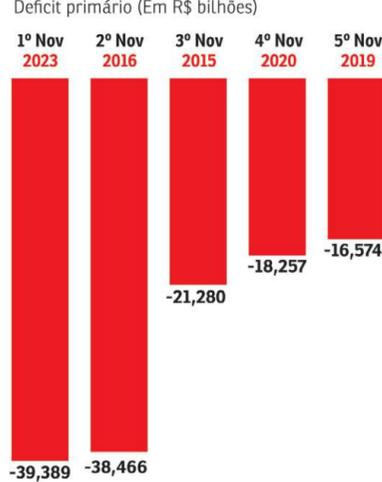
Um deles é o repasse ao Tesouro pela Caixa Econômica Federal, relativo a depósitos judiciais, que pode chegar a R\$ 14 bilhões. Outros R\$ 20 bilhões devem entrar com a mudança nas regras sobre a tributação

Ranking

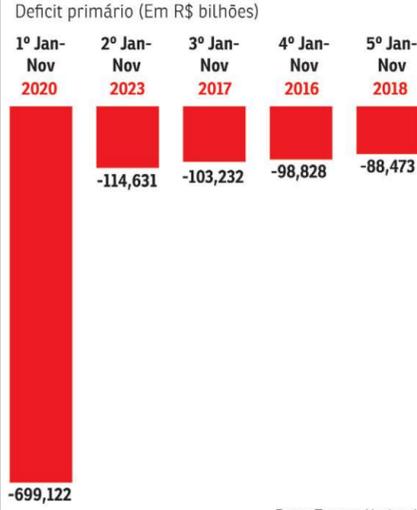
Governo volta a gastar bem mais do que arrecada e registra maior deficit primário desde 2016, nos meses de novembro



RESULTADO NOMINAL (SEM CORREÇÃO PELA INFLAÇÃO) NO MÊS



RESULTADO NOMINAL ACUMULADO NO ANO



Fonte: Tesouro Nacional

de transações comerciais entre empresas do mesmo grupo econômico que atuam em países diferentes.

O secretário também mencionou o atraso na implementação de medidas que deveriam iniciar este ano e ficaram para 2024, como as novas regras do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Questionado sobre as projeções de mercado que apontam para um deficit de 0,8% do PIB no ano que vem, o secretário

disse ser mais otimista. "Suponho que os resultados venham melhores, isso afetará positivamente todos os outros indicadores", afirmou. "Temos boas perspectivas para 2024."

Ainda hoje, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve anunciar medidas para diminuir o saldo negativo em 2024 e, quem sabe, alcançar a meta de zerar o deficit. A equipe econômica está buscando, por exemplo, alternativas para compensar as perdas com

a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia.

O governo contava com o fim das desonerações em 31 de dezembro, por isso incluiu no orçamento do ano que vem a previsão de arrecadação desses tributos. Mas um projeto de lei aprovado no Congresso prorrogou o benefício por mais quatro anos. O impacto projetado por Haddad, por conta dessa prorrogação, é de R\$ 25 bilhões nas receitas do ano que vem.

Piso salarial com ganho real de 3%

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, ontem, decreto autorizando o novo valor do salário mínimo de R\$ 1.412 a partir de 1º de janeiro de 2024. O novo mínimo terá um ganho real (acima da inflação) de 3% pelas estimativas do governo. O valor previsto no decreto publicado em edição extra do *Diário Oficial da União*, ontem, representa alta de 6,8% em comparação aos atuais R\$ 1.320.

A nova forma de cálculo do piso salarial foi retomada em maio deste ano, por meio de medida provisória (MP). A metodologia considera a variação da inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Como a inflação calculada no período de 12 meses terminados em novembro foi de 3,85%, o aumento real foi de 3%, equivalente ao crescimento econômico de 2022.

A política de valorização do salário mínimo é uma marca dos governos petistas desde 2003. A fórmula atual vigorou entre 2007 e 2019. Por isso, foi necessária a edição da MP neste ano. O objetivo é fazer com que o reajuste do salário mínimo não fique restrito à recomposição das perdas provocadas pela inflação, mas que haja ganho acima da inflação.

"É preciso lembrar que a valorização do salário mínimo não é essencial apenas para quem ganha salário mínimo. Com mais dinheiro em circulação, as vendas do comércio aumentam, a indústria produz mais. A roda da economia volta a girar e novos empregos são criados", disse Lula quando anunciou a nova política, em pronunciamento à nação em comemoração do Dia Internacional dos Trabalhadores, em 1º de maio. Além dos trabalhadores, aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílio-doença ou de prestação continuada (BPC) serão contemplados. (EL)

Dívida soberana chega a R\$ 6,3 tri

A Dívida Pública Federal (DPF) atingiu, em novembro, R\$ 6,3 trilhões — aumento de R\$ 153 bilhões em relação a outubro. A informação está no Relatório Mensal da Dívida, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional.

Esse montante ainda está abaixo do intervalo estabelecido no Plano Anual de Financiamento (PAF) prevendo que o estoque ficaria entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões.

O coordenador de Operação da Dívida Pública do Tesouro, Roberto Lobarinhas, afirmou, no entanto, que o estoque dos títulos públicos negociados no mercado doméstico e no exterior encerrará o ano dentro do intervalo previsto no PAF. "É importante lembrar que ainda haverá apropriação de juros do mês de

dezembro para ocorrer, em valor relevante e as emissões líquidas realizadas em dezembro, que foram num volume mais que suficiente para que esse valor de estoque fique dentro das bandas do PAF", disse.

De acordo com os dados do órgão, o crescimento do endividamento da União ocorreu porque a diferença entre os títulos emitidos pelo governo federal para ajudar a pagar as contas do mês foi R\$ 109,2 bilhões maior do que os títulos resgatados no período. Em novembro, as emissões somaram R\$ 133,9 bilhões e os resgates totalizaram R\$ 24,7 bilhões.

Os juros também ajudaram a aumentar a dívida pública em R\$ 43,8 bilhões. O total de juros apropriados no ano, até novembro, atingiu R\$ 553,5 bilhões.

Do total da DPF, R\$ 6,1 trilhões correspondem à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI) — equivalente aos títulos vendidos dentro do país. O restante, refere-se à dívida externa. Entre os maiores detentores da DPMFI estão as instituições financeiras e os fundos, com 28,9% e 23,4%, respectivamente. A fatia dos investidores estrangeiros passou de 10,2%, em outubro, para 9,9%, em novembro.

O relatório destacou que "houve a primeira emissão de um título sustentável por parte da República, o Global 2031 ESG", no valor de R\$ 9,8 bilhões. Na DPMFI, foram emitidos R\$ 53,9 bilhões de títulos flutuantes, R\$ 41,4 bilhões de prefixados e R\$ 28,7 bilhões de índice de preços. (EL)

Jordson Alves / Agência Brasil



Rogério Ceron, secretário do Tesouro, prevê saldo negativo em torno de R\$ 10 bilhões no próximo mês